

A EVOLUÇÃO DO MICROCRÉDITO E O EMPREENDEDORISMO NO BRASIL DURANTE O PERÍODO DE INSTABILIDADE ECONÔMICA DE 2014 A 2016

Ricardo Donizetti de Carvalho¹

Rodolfo Vieira Nunes²

George André Willrich Sales³

Resumo

Considerado um marco para a regulação do microcrédito no Brasil, o PNMPO é uma excelente ferramenta para o fomento de crédito para micros e pequenos empreendedores. Tendo em vista a expansão do microcrédito e o momento de instabilidade econômica ocorrido no Brasil no período de 2014 a 2016, o presente estudo tem por objetivo analisar e demonstrar através de índices a relação entre o microcrédito ofertado, empreendedorismo e aumento do desemprego durante este período através da PNMPO. Para o artigo, fundamenta-se na pesquisa bibliográfica e segue o aspecto descritivo nos procedimentos, além de utilizar os indicadores de microcrédito, empreendedorismo e taxa de desemprego como instrumento de análise quantitativa. O resultado dessa pesquisa demonstra que em períodos de instabilidade econômica, queda no PIB, produz um aumento no número de empreendedores e nas ofertas de microcrédito no Brasil.

Palavras-chave: Microcrédito; Empreendedorismo; Desemprego; Instabilidade Econômica.

Abstract

Considered a milestone for the regulation of microcredit in Brazil, PNMPO is an excellent tool for the promotion of credit for micro and small entrepreneurs. Considering the expansion of microcredit and the period of economic instability in Brazil between 2014 and 2016, the present study aims to analyze and demonstrate through indices the relationship between microcredit offered, entrepreneurship and increased unemployment during this period through the PNMPO. For the article, it is based on bibliographic research and follows the descriptive aspect in the procedures, besides using the indicators of microcredit, entrepreneurship and unemployment rate as a quantitative analysis tool. The result of this research shows that in periods of economic instability, a fall in GDP, it produces an increase in the number of entrepreneurs and microcredit offers in Brazil

Keywords: Microcredit; Entrepreneurship; Unemployment; Economic Instability..

¹ Mestrando em Controladoria e Finanças pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. E-mail: rdcarvalho.br@gmail.com

² Mestre em Controladoria e Finanças pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. E-mail: rodolfo.nunes@fipecafi.edu.br

³ Doutor em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM. E-mail: george.sales@fipecafi.org

1. Introdução

Temas como microfinanças e microcrédito tem sido explorados por diversas áreas de conhecimento e despontaram como alternativa para a solução do problema de exclusão ou restrição de acesso a serviços financeiros por parte de alguns segmentos, como: população de baixa renda, microempreendedores formais e informais e pequenas empresas, o microcrédito tem sido o principal instrumento das chamadas políticas de geração de emprego e renda que surgiram mundo afora, como resposta à crise do emprego (BRAGA; TONETO, 2000).

O número de desempregados aumentou nos últimos anos, dados de 2018 do IBGE mostrou que em dezembro de 2015 tínhamos 9,0 milhões de desempregados e saltou para 12,0 milhões no mesmo período do ano seguinte, a maioria da perda de empregos deve-se à instabilidade econômica em que o Brasil enfrentou.

Os países subdesenvolvidos utilizam ferramentas como o Microcrédito que ajudam famílias a voltarem a ter acesso ao sistema financeiro e principalmente nos momentos de crise, no Brasil, o microcrédito produtivo orientado de alguma forma faz com que os tomadores de crédito se beneficiam, sejam eles destinados a produção de um bem específico ou simplesmente empréstimo pessoal e por consequência acabam melhorando a qualidade de vida com melhores condições habitacionais, saúde e alimentar. O microcrédito é considerado muito importante, os pequenos créditos ofertados contribuem de forma técnica e orientada empreendedores populares com acompanhamento no seu local de trabalho, além de uma poderosa ferramenta para a redução da informalidade, desigualdade social e aumento do emprego formal (YUNUS; JOLIS, 2000).

A experiência de microcrédito consiste numa metodologia diferenciada da aplicada pelas instituições tradicionais, como a concessão assistida ao crédito ao contrário do sistema tradicional que o cliente vai até o banco, os agentes vão até o local para dar o suporte necessário para o microempreendedor (YUNUS; JOLIS, 2000).

Ações do governo brasileiro na esfera municipal e estadual fez com que se adotasse nas políticas de geração e emprego a oferta de microcrédito, com a expansão deste segmento levou aprovação da lei 10.735 em 2003, no qual buscava incluir milhares de correntistas de baixa renda. O resultado destas ações foi transformado em lei 11.110/2005, neste momento o Governo criava o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado PNMPO com o objetivo de disponibilizar microcrédito produtivo orientado para ampliação de emprego e renda aos pequenos empreendedores.

Após a criação do PNMPO e aumento do desemprego, o número de microcrédito ofertado aumentou entre os bancos tradicionais. Conforme indicadores de inclusão financeira fornecido pelo Banco Central do Brasil (2018), a concessão de créditos com recursos direcionada às pessoas físicas e microempreendedores se manteve estável até julho de 2016, desde então, as operações de microcrédito registraram uma leve queda atingindo 4,5 R\$ bilhões ao final de 2017, por outro lado, os bancos mais tradicionais mostram o aumento do número de

clientes devido à baixa oferta de crédito tradicional e o aumento do desemprego impulsionado pela crise financeira e recessão econômica no Brasil.

Tendo em vista a expansão do microcrédito e o momento de instabilidade econômica ocorrido no Brasil de 2014 a 2016, o presente artigo tem por objetivo analisar e demonstrar a relação entre o microcrédito ofertado, empreendedorismo e aumento do desemprego durante o período de recessão.

O trabalho está organizado da seguinte forma, a começar por esta introdução, na seção 2 uma breve revisão literária acerca do microcrédito e microfinanças no Brasil e no mundo, em seguida a seção 3 um breve descrição metodológica, sendo que a seção 4 empreende a análise e os resultados dos dados, e por fim, a última parte traz uma conclusão sobre os achados.

2. Referencial Teórico

Considerando a proposta do trabalho, decidiu-se por apresentar a importância do microcrédito para fomento de crédito e inclusão financeira de pequenos empreendedores durante a crise financeira no Brasil, além de diferenciar conceito de microfinanças e microcrédito, história, tipos e formas de atuação dos principais programas brasileiros, uma breve apresentação do sistema financeiro nacional e informações e dados sobre o empreendedorismo, dados econômicos e taxa de desemprego durante a crise e recessão no Brasil de 2014 a 2016.

2.1. Conceito e definições de microfinança e microcrédito

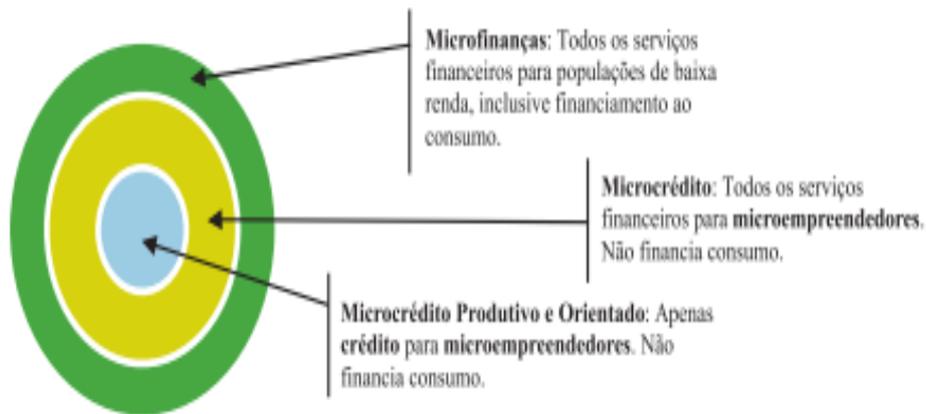
Para conceituar Microfinanças e o Microcrédito primeiramente devemos entender como cada segmento funciona explicando as formas de atuação, o público alvo e os diversos produtos disponíveis de cada segmento.

O microcrédito é um produto dentro das microfinanças, ou seja, os dois termos caminham juntos para fomentar o acesso ao crédito da população excluída do sistema financeiro nacional. A principal diferença é que microfinanças destina-se a prestação de qualquer serviço ou produto financeiro, enquanto o microcrédito fornece subsídios a pequenos empreendedores, sejam eles formais ou informais, através das instituições microfinanceiras e que oferecem empréstimos e auxílio aos empreendedores com taxas atraentes e abaixo do mercado.

O termo microfinanças é definido:

“como referente à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional e nacional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados como: captação de poupança, seguro, leasing, cartão de crédito, dentre outros e, dessa forma, o termo microfinanças torna-se mais abrangente que o termo microcrédito” (SOARES; SOBRINHO, 2008, p. 23).

A Figura 1, retrata de forma visual uma síntese simplificada dos conceitos de microfinanças, microcrédito e microcrédito produtivo e orientado, e como eles estão relacionados entre si.

Figura 1 – Conceitos de Microfinanças e Microcrédito

Fonte: SOARES e SOBRINHO, 2008.

No entendimento de BARONE, LIMA, DANTAS e REZENDE (2002), o Microcrédito é compreendido como um crédito destinado à produção (capital de giro ou investimentos) e é concedido com o uso de uma metodologia específica.

A metodologia adotada pelo microcrédito consiste primeiramente na concessão assistida ao crédito, contrariamente ao que acontece no sistema financeiro nacional aonde o cliente vai até o banco solicitar financiamento, nas instituições de microcrédito, os agentes vão até o local onde o candidato ao crédito exerce a sua atividade produtiva.

Nesse ambiente o empreendedor é avaliado sob as condições do seu empreendimento e as possibilidades de seu pagamento e após a concessão do crédito a instituição financiadora passa a acompanhar à evolução do seu negócio. Esse processo segundo MONZONI (2008) é definido como microcrédito orientado.

Na visão de PASSOS, PAIVA, GALIZA e CONSTANZI (2002), o microcrédito pode ser entendido como crédito para os pobres ou microempreendedores de baixa renda sem acesso ao crédito formal, propiciando mecanismo autossustentável de combate à pobreza e a exclusão social.

2.2.História e programas de atuação do microcrédito no Brasil

Em Bangladesh, o banco Grameen idealizado pelo economista Muhammad Yunus iniciou um movimento que mudou o destino das pessoas de onde ele vivia, para provar que os pobres eram merecedores de crédito, Yunus e seus alunos da Universidade iniciaram um projeto onde desembolsaram um valor de U\$ 27,00 para um grupo de 42 pessoas, o projeto deu certo e o retorno foi de 100%, provou que o microcrédito pode constituir uma estratégia eficaz de combate à pobreza (Yunus & Jolis, 2008).

MONZONI (2008) relata que a primeira iniciativa de microfinança no Brasil ocorreu em Recife, Pernambuco e Bahia, em 1973 pela União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) que executava um programa de microcrédito orientado, tornando-se referência para vários programas de microcrédito na América Latina, mas apesar de todo sucesso a UNO foi

encerrada em 1991, dentre outras razões principalmente pela sua incapacidade de gerar sustentabilidade financeira em longo prazo.

Em 1982 entra em vigor a segunda organização no segmento de microfinanças, foi a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher – Banco da Mulher, criado no Rio de Janeiro para lutar pela inserção da mulher na sociedade e na qualidade de vida da família e depois com a ajuda do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançou-se o Banco da Mulher na Bahia oferecendo curso de capacitação e crédito financeiro com apoio para a comercialização. Outras quatro instituições foram criadas de 1986 a 1989, sendo elas o Banco do Microcrédito (Paraná), Promicro (Distrito Federal), o Centro de Apoio aos Pequenos Empresários (CEAPE-RS em Porto Alegre Rio Grande do Norte e Maranhão) e o Instituto de Desenvolvimento Ação Comunitária (IDACO em Rio de Janeiro).

Para o CEAPE (2018), o fruto do sucesso dessas iniciativas incentivou a abertura da CEAPE Nacional (antiga Federação Nacional – FENAPE) em Sergipe, Pernambuco, Distrito Federal, São Paulo, Paraíba, Goiás, Bahia, Pará Piauí e Espírito Santo. Na década de 1990, surgiram outras três iniciativas: a Pró Renda no Ceará, o Balcão de Ferramentas da Caixa Econômica Federal e o Banco Providência em Rio do Janeiro. E, finalmente, alguns bancos privados após 2002 iniciaram o fornecimento de microcréditos a microempreendedores formais e informais.

2.3. Tipos de organizações e formas de atuação no Brasil

O microcrédito é uma das principais ferramentas para os microempreendedores em busca de crédito produtivo orientado e possui algumas formas de atuação, o objetivo neste capítulo é conceituar e identificar as organizações atuantes no Brasil

Segundo SEBRAE (2016a), todas as organizações legalmente constituídas como microfinanceiras podem atuar no microcrédito empreendedor e em microfinanças, observadas as disposições legais que as disciplinam. Assim, os operadores de microcrédito/microfinanças podem ser agrupados de acordo com as suas características e vínculos de supervisão legal, o trabalho como:

Instituições reguladas: são aquelas autorizadas e diretamente supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) como instituições financeiras componentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Bacen as reclassifica ainda de acordo com os seus níveis de interação com o SFN e o público em geral, as classificações são: Instituições captadoras de recursos (bancos múltiplos, bancos comerciais e as cooperativas de crédito), e as demais instituições financeiras, que incluem aquelas que não possuem autorização para captar recursos junto ao público, é o caso das agências de fomento, dos bancos de desenvolvimento, das sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte (SCM).

Instituições não reguladas: essas instituições operam como instituições de microcrédito e programas governamentais que não fazem parte do SFN, suas formas possuem maiores restrições em relação as entidades reguladas. Seguem legislações próprias e estão basicamente conformadas em três grupos: OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), ONG (Organizações não governamentais) e programas e fundos financeiros de governo.

Outras classificações: as instituições microfinanceiras (IMF) também podem ser classificadas de acordo com a forma de atuação, como: instituições de primeiro e segundo piso.

Conforme CEBDS (2013), a linha do tempo sobre o histórico das microfinanças no Brasil:

- **ONGs** – Em 1973, Criação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações – UNO, em 1987 criação da Rede CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra, e em 1989 Banco da Mulher (Seção Bahia).
- **Organização da Sociedade Civil** – Em 1996, BNDES cria o Programa Crédito Produtivo Popular para apoiar as instituições de microcrédito, e ainda na Década de 90 surgimento de alguns “ Banco do Povo “, em 1999 Lei 9790/99 – Lei da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, e em 2001 Lei 10194/2001 – Constituição e funcionamento da Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM).
- **Instituições Financeiras** – Em 1997, o Banco do Nordeste cria o Credi-Amigo, em 2003 Norma do Banco Central para direcionamento de 2% do depósito compulsório, em 2003 MP 122/2003 – regulamento da aplicação a microempresário e microempreendedores, em 2005 ano internacional do Microcrédito, estabelecido pela ONU e criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado, o PNMPO.
- **Microssseguros** – em 2012, circulares SUSEP 439 e 444 que estabeleceram regras para o microssseguros.

2.4.Sistema Financeiro Nacional: descrição e características

O sistema financeiro nacional é conjunto de instituições e instrumentos financeiros que em sua essência, atual como canalizador de recursos de poupadores superavitários para os agentes deficitários. Segundo a Constituição Federal no Art. 192, o sistema financeiro nacional é estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

Conforme ASSAF NETO (2015), o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é definido como um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam, em última análise, transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas e governo).

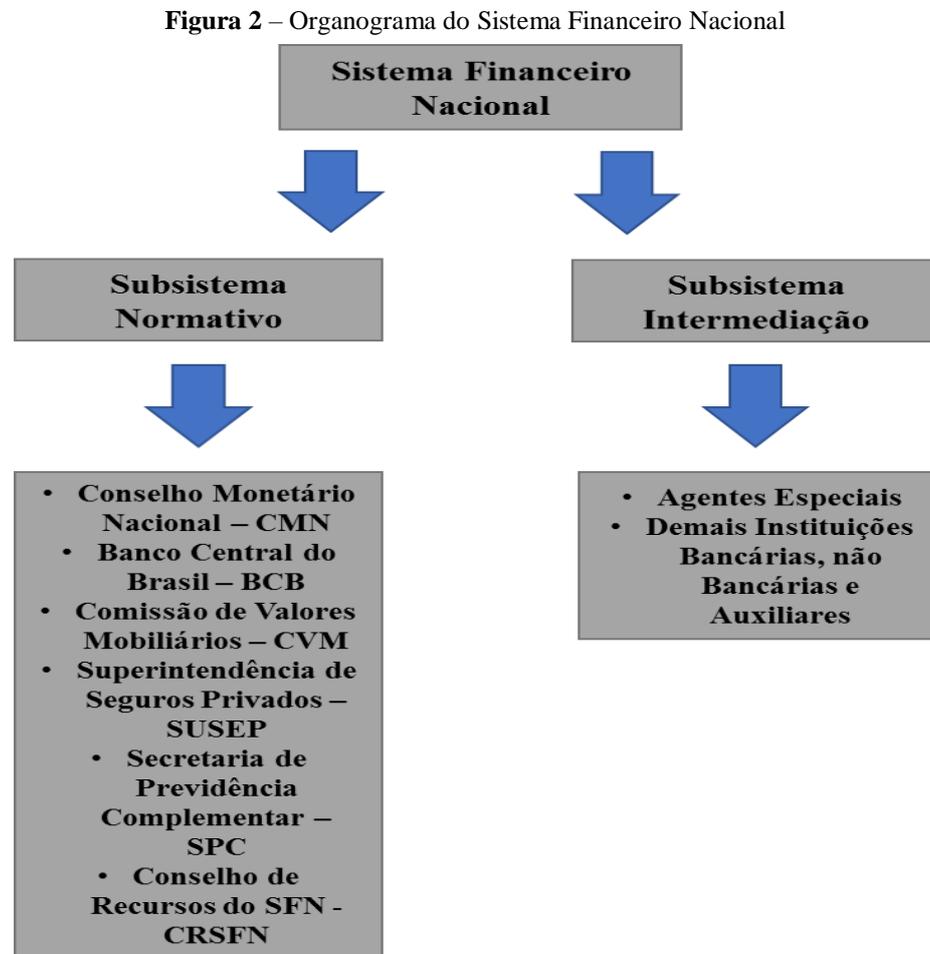
Basicamente o Sistema Financeiro Nacional é um agrupamento de todas as instituições que tornam a circulação de moedas no Brasil, ou seja, busca obter a melhor organização possível para que o País funcione da melhor forma possível através das regulamentações do Conselho Monetário Nacional, atuando como órgão máximo regulamentando e fiscalizando as operações.

O SFN exerce funções importantes de importância para o Brasil, como:

- Manutenção do desenvolvimento
- Fiscalização do crédito
- Fiscalização das atividades da circulação da moeda

Segundo a Lei 4.595 de 1964, que dispõe sobre Política e as Instituições, Bancárias, e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional.

O organograma do SFN, apresentado na Figura 2, é constituído pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e pelas demais instituições financeiras públicas e privadas, sendo estruturado entre subsistema normativo, subsistema de intermediação, e agentes especiais:



Fonte: Adaptado de Fortuna, 2017.

O subsistema normativo é responsável pelo funcionamento do mercado Financeiro e de suas instituições, fiscalizando e regulamentando suas atividades. Para FORTUNA (2017) os componentes deste subsistema são: Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Instituições Especiais, dentro deste perfil das especiais temos: Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

O subsistema de Intermediação é formado por várias instituições classificadas em bancárias e não bancárias, isso vai de acordo com a capacidade que apresentam de emitir moeda, instituições auxiliares do mercado e instituições definidas como não financeira, e o Sistema Brasileiro de Poupança (FORTUNA, 2017).

2.5. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO

A partir de 2005, foi instituído pela Lei 11.110, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), uma política de estado que de modo geral é um programa de concessão de crédito que visa a criação de emprego e renda, com os seguintes objetivos:

- Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.
- Disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.
- Oferecer apoio técnico as instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Destinado a empreendedores populares para desenvolver atividades produtivas de pequeno porte, com um faturamento de no máximo 120 mil reais. Ou seja, o microcrédito produtivo orientado é um crédito especializado para específico setor da economia: os micro e pequenos empreendimentos, formais e informais (BARONE; SADER, 2008).

Utiliza metodologia baseada no relacionamento direto com o empreendedor por meio de um agente de crédito e uma instituição financeira de microcrédito habilitada ao PNMPO. O agente faz um levantamento sócio econômico avaliando o potencial do negócio bem como a necessidade do valor de financiamento e a capacidade de pagamento do tomador (PNMPO, 2018).

As fontes de recursos disponibilizadas pela PNMPO são do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos 2% dos depósitos compulsórios à vista junto ao Banco Central (a chamada exigibilidade).

É esclarecido pelo PNMPO (2018), que os recursos do FAT são alocados nos bancos públicos federais através dos termos de alocação de depósitos especiais (TADE'S), que por sua vez repassam as instituições de microcrédito produtivo orientado – IMPO'S. Essas instituições são compostas por Cooperativas de Crédito, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Além da disponibilização de recursos para o segmento, o PNMPO também tem a função de fomentar o microcrédito. Isso é feito principalmente através da promoção de seminários anuais, onde são feitas palestras, oficinas, discussão de gargalos e desafios do microcrédito no País (PNMPO, 2018). Contudo, o PNMPO trabalha como uma articuladora entre as instituições de microcrédito produtivo orientado, os bancos e operadores de recursos públicos, com o intuito de promover, difundir e estruturar o setor de microfinanças (BARONE; SADER, 2008).

As informações de cada instituição habilitada estão disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego, assim como um relatório anual dos números alcançados desde seu início. Baseado nisso, será realizada uma análise dos dados obtidos neste endereço eletrônico.

A Tabela 1, mostra os dados do relatório gerencial do PNMPO, o programa possui 523 instituições habilitadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Tabela 1 - Quantitativo de Instituições Habilitadas pelo MTE

Constituição Jurídica	Instituições Habilitadas junto ao MTE
Agência de Fomento	10
Banco Cooperativo	1
Banco de Desenvolvimento	4
Cooperativa Central de Crédito	6
Cooperativa de Crédito	296
IFO - Instituição Financeira Operadora	12
OSCIP	164
SCM	28
Sociedades Operadoras de MPO	2
TOTAL	523

Fonte: PNMPO, 2018.

2.6. Empreendedorismo durante a crise

A crise financeira e econômica no Brasil fez crescer o empreendedorismo, que estava em queda nos momentos de crescimento da economia, mas a partir de 2014 o Brasil mergulhou numa recessão, boa parte dos desempregados migraram para o empreendedorismo por falta de trabalho ou por não encontrar uma boa oportunidade, ou seja o empreendedorismo por necessidade. Conforme DA COSTA (2010), é normal o crescimento do empreendedorismo, nas atividades de pequenos negócios, por parte das pessoas que estão sem emprego.

O projeto Global Entrepreneurship Monitor – GEM, tem como objetivo básico aprofundar estudos, por meio da realização de pesquisas anuais, a compreensão sobre atividade empreendedora nos países e a influência no desenvolvimento econômico e social (GEM, 2016).

O projeto em sua história já abrangeu em torno de 100 países, constituindo-se no maior estudo em andamento sobre empreendedorismo no mundo, em 2016, participaram 66 países, cobrindo 70% da população global e 83% do PIB mundial (GEM, 2016).

2.7. Panorama da instabilidade econômica no Brasil

O Brasil atravessou a maior crise da história, o país enfrentou outras crises, mas nenhuma com um efeito considerável de contração do PIB. Questões externas e internas foram os responsáveis pela conjuntura que culminou na crise de 2014.

O ano de 2014 foi um ano de desaceleração econômica puxada pela forte contração de investimento. No entanto, o consumo das famílias continuava contribuindo positivamente para o crescimento mesmo com as taxas decrescentes, porém o mesmo não ocorreu em 2015 (ROSSI; MELO, 2017). Um exemplo da contração dos investimentos foi a elevação dos juros que piorou o quadro recessivo, pois fica mais caro para empresas e pessoas físicas tomarem empréstimos bancários para fazer investimentos e o governo passa a gastar mais com os juros da dívida pública.

Em 2015, o governo optou por um choque recessivo, com um conjunto de medidas políticas de austeridade econômica, sendo elas:

- Choque Fiscal;
- Choque de Preços Administrados (combustíveis e energia);
- Choque Cambial (com desvalorização do real);
- Choque Monetário.

Assim, a partir deste mesmo ano, há uma mudança profunda no mercado de trabalho, com um aumento brutal da taxa de desemprego no Brasil (ROSSI; MELO, 2017).

Já com a mudança de governo em 2016, segundo ROSSI e MELO (2017) o país passa por uma mudança no direcionamento econômico, o qual começa a priorizar questões de reformas estruturais com um viés mais liberal, visando uma resposta ou ajuste de longo prazo. Entretanto, essas alterações, ajustes e reformas advindas desde 2014 tem se provado quase que ineficazes e de pouco impacto na economia real.

3. Metodologia

O artigo está estruturado levando em consideração os fundamentos técnicos de uma pesquisa bibliográfica com aspectos e objetivos descritivos.

O artigo se enquadra em uma pesquisa bibliográfica pois parte da análise do que já foi divulgado sobre o tema no formato de livros, monografias, dissertações, artigos científicos e legislação vigente. Esse tipo de pesquisa tem como função mostrar ao pesquisador toda forma de produção científica a respeito do tema pesquisado (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Em relação ao aspecto descritivo, o artigo apresenta por meio de figuras, tabelas e gráficos os fatos observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, de modo a não interferir na veracidade dos dados e informações. De modo que, é necessário estruturar um procedimento sistêmico de análise em relação a situação, fenômeno ou tema pesquisado, onde fique claro e detalhado quais são as formas e meios de causalidade entre as variáveis.

3.1. Coleta de Dados

Os dados utilizados para a realização do presente artigo foram retirados do site de instituições públicas e privadas reconhecidas no âmbito nacional e internacional: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Banco Central do Brasil (BCB), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Global Entrepreneurship Monitor (GEM).

3.2. Instrumentos Analíticos

Como instrumentos de mensuração os indicadores são um procedimento de verificação com a função de medir e projetar o desempenho, além de proporcionar uma visão completa da situação econômica, financeira e social (CARVALHO; GONÇALVES; RIBEIRO; SILVA;

ALBUQUERQUE, 2010). Os indicadores utilizados estão relacionados com o microcrédito, empreendedorismo e desemprego. São eles:

- Nível de Microcrédito;
- Taxa de Empreendedorismo;
- Taxa de Desocupados.

Essa análise de relação entre os índices leva em consideração o parâmetro econômico Produto Interno Bruto (PIB), essa análise dará uma perspectiva da situação do microcrédito e o empreendedorismo em situações de crise econômica.

4. Análise e Resultado

O PNMPO, por se tratar de programa para atividades de pequeno porte, os tomadores não são necessariamente empreendedores formais, com base nesta informação, há um predomínio de clientes informais chegando a uma média de 94%, enquanto os formais chegam a 6%. Estes números justificam o fato já mencionado anteriormente de que, o PNMPO é ofertado em quase sua totalidade para os tomadores informais.

4.1. Microcrédito

De acordo com o relatório gerencial do 3º trimestre de 2015 do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e a Tabela 2, as instituições que integram o programa ofertaram R\$ 2.859.959.106,51 que, comparando com o trimestre anterior, apresentou uma retração nominal de 0,08%. Esse volume foi 8,75% menor que o 3º trimestre do ano de 2014.

Tabela 2 - Clientes do PNMPO por Situação Jurídica – 3º trimestre 2015

Situação Jurídica	Clientes Ativos em 30/09/2015	%	Clientes Atendidos 3º tri. 2015	%	Valor Concedido (em R\$)	%
Formais	138.597	4,45%	41.141	3,00%	157.569.850,90	5,51%
Informais	2.979.296	95,55%	1.332.249	97,00%	2.702.389.255,61	94,49%
TOTAL	3.117.893	100,00%	1.373.390	100,00%	2.859.959.106,51	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

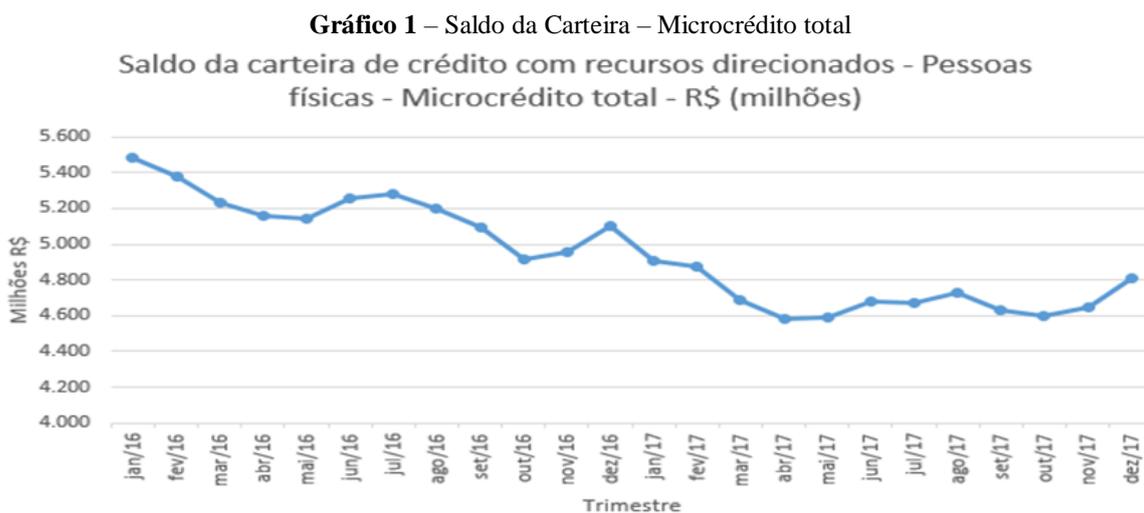
Tabela 3 - Execução Histórica consolidada do PNMPO – 2008 a 2015

Ano	Número de Clientes Atendidos	Número de Operações de Microcrédito Realizadas	Varição Anual	Valores Nominais concedidos (em R\$)	Valores atualizados concedidos (em R\$)
2008	1.430.097	1.280.680	-	1.825.147.592,77	2.945.582.271,69
2009	1.654.186	1.620.656	26,55%	2.323.599.790,69	3.521.814.308,41
2010	2.071.607	1.966.718	21,35%	2.998.623.914,48	4.365.506.896,56
2011	2.674.157	2.576.559	31,01%	4.098.289.416,62	5.603.869.961,66
2012	3.953.406	3.814.781	48,06%	6.504.785.890,40	8.384.649.627,79
2013	5.664.941	5.713.091	49,76%	10.162.675.000,69	12.334.894.340,93
2014	5.552.080	5.667.287	-0,80%	11.646.316.132,59	13.391.110.372,23
2015 (set)	3.867.850	3.885.941	-	8.330.940.986,69	9.017.410.523,99
TOTAL	26.868.324	26.525.713	-	47.890.378.724,93	59.564.838.303,27

Fonte: PNMPO, 2018.

A Tabela 3 mostra a execução desde 2008, desde então, já foram realizadas mais de 26,52 operações de microcrédito atendendo mais de 26,86 milhões de clientes, com um volume concedido superior de R\$ 59 bilhões.

Optou-se por complementar o ano de 2016 e 2017 com informações do Banco Central no Gráfico 1, relativos ao saldo da carteira de crédito com recursos direcionados, pessoas físicas - Microcrédito total – R\$ milhões.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Quando se visualiza a carteira jurídica, nota-se que em quase sua totalidade dos clientes se encontra na informalidade, este dado é de grande relevância pois neste mesmo período de 2015 tivemos aumento no número de desempregados de 6,6 em 2014 para 9,5 milhões em 2015, justificando o difícil acesso ao crédito por clientes que estão na informalidade.

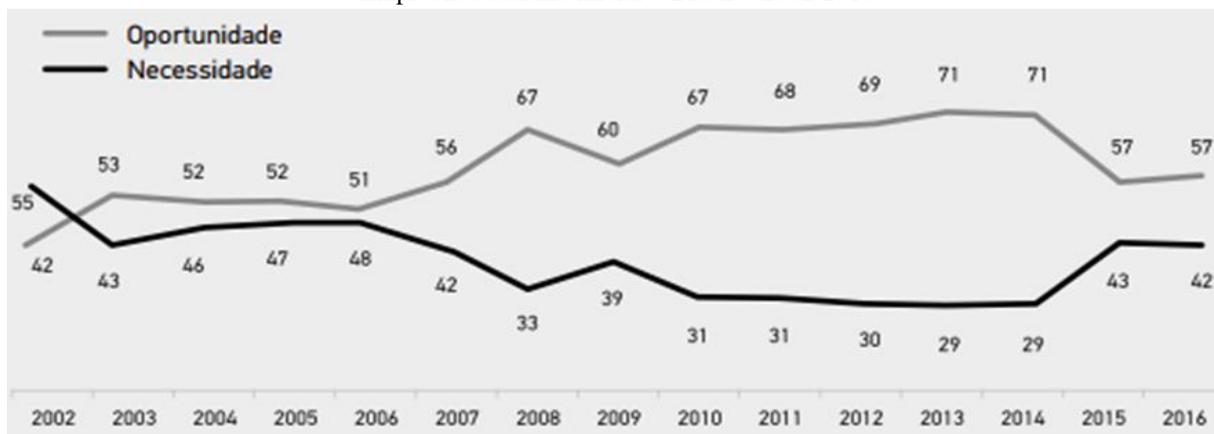
Considerando os dados de 2015 (último disponível para o PNMPO), percebe-se na tabela abaixo a diminuição de 1,86% do volume de microcrédito ofertado com relação ao mesmo período de 2014, esta queda de adesão pode ser resultado da instabilidade econômica do país ou diminuição da atratividade para clientes potenciais.

A maior variação percentual de operações realizadas de microcrédito pelo programa ocorreu entre os anos de 2012 e 2013 atingindo 49,7% de variação anual partindo de R\$ 3.814.781 para R\$ 5.713.091 se tornando estável no ano seguinte. Além disso, observou-se que neste período o número de clientes foi inferior ao número de contrato realizado devido a característica do programa, onde o inadimplente pode realizar novos contratos. Valores concedidos são crescente, o maior valor registrado ultrapassou R\$ 13 bilhões em 2014, e o valor total já concedido de crédito entre 2008 e 2016 atingiu mais de R\$ 64 bilhões.

4.2. Empreendedorismo

Segundo estudos e evidenciados no Gráfico 2, que contemplam números de negócios novos e registro de empreendedores informais, o aumento de novas empresas criadas por necessidade saltou de 29% em 2014 para 43% no ano seguinte, e manteve estável durante o ano de 2016, sendo 11,1 milhões por necessidade.

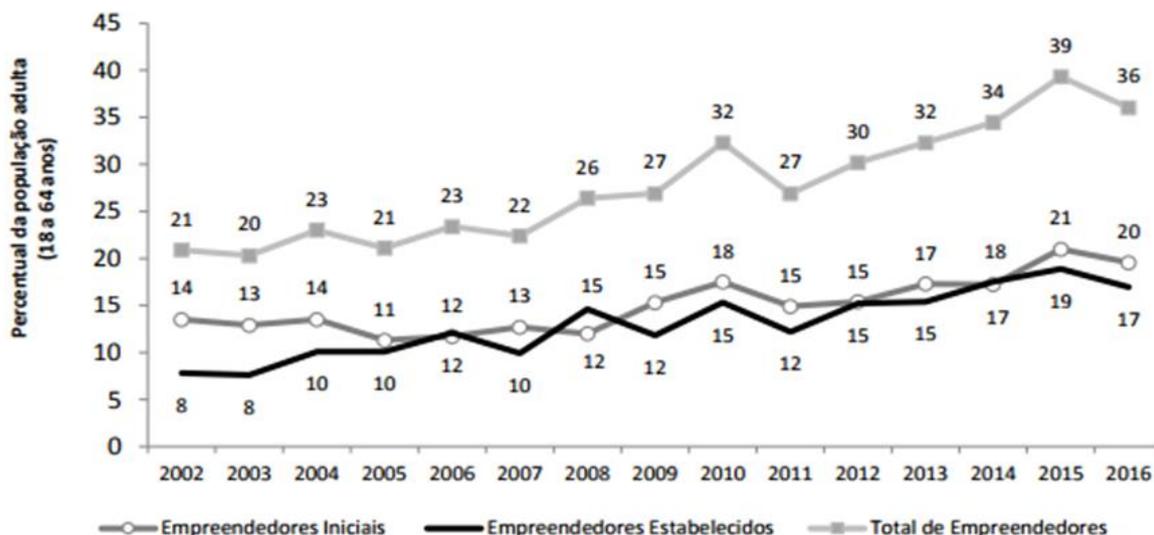
Gráfico 2 – Taxas de Empreendedorismo por Oportunidade e por Necessidade como proporção da Taxa de Empreendedorismo inicial – Brasil – 2002/2016



Fonte: GEM, IBGE e Ipeadata, 2016.

No Brasil em 2016, o país atingiu a segunda maior taxa total de empreendedores de sua série histórica com 36% da população adulta envolvida com alguma atividade empreendedora. Após uma série longa de crescimento dos indicadores, a queda em 2016 está associada a crise financeira e econômica no Brasil, ou até mesmo um esgotamento natural destes indicadores após atingir um nível recorde no ano anterior.

Gráfico 3 – Taxas de Empreendedorismo no Brasil (% da população adulta)



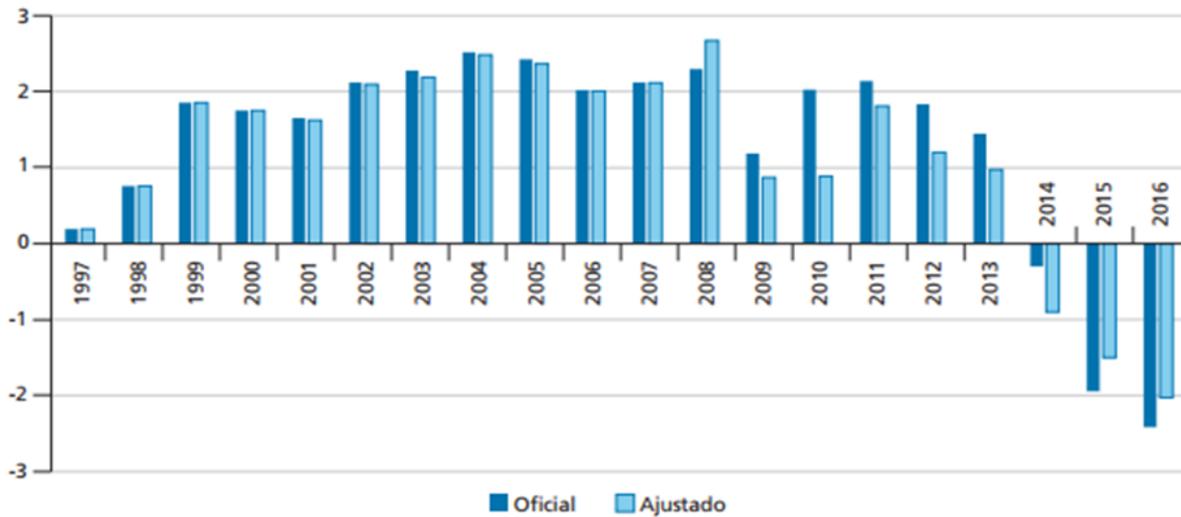
Fonte: GEM, 2016.

Assim o Gráfico 3, apresenta dados do empreendedorismo por necessidade, ou seja, novas empresas criadas para atender a necessidade do indivíduo aumentaram 14% de 2014 para 2015 e se manteve estável. Em 2015, atingimos a maior taxa total de empreendedores com 39% da sua população adulta envolvida em alguma atividade empreendedora, após esta série histórica de crescimento, em 2016 devido à crise financeira e econômica no Brasil, ou até mesmo devido a um esgotamento natural, o nível caiu 3% indo para 36%.

4.3. Taxa de Desocupados e Economia

Utilizado os indicadores econômicos (taxa de desocupados e PIB) para determinar o período de instabilidade e mostrar os índices destes indicadores. O Gráfico 4 mostra a evolução em porcentagem do PIB.

Gráfico 4 – Resultado Primário do Governo Central (em % PIB)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Já a Tabela 4 mostra o número de desocupados no Brasil de 2012 a 2017, se compararmos 2013 com 2014, houve uma redução, porém, a partir de 2014 houve um aumento significativo partindo de 6,4 para 12,6 milhões de desocupados.

Tabela 4 - Taxa de desocupação – Brasil 2012/2017 (em milhões)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
nov-dez-jan		7,2	6,4	6,8	9,5	12,6
dez-jan-fev		7,7	6,8	7,4	10,2	13,2
jan-fev-mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7
fev-mar-abr	7,8	7,8	7,1	8,0	11,2	13,6
mar-abr-mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2	13,3
abr-mai-jun	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3	13,0
mai-jun-jul	7,4	7,3	6,9	8,6	11,6	12,8
jun-jul-ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8	12,6
jul-ago-set	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4
ago-set-out	6,9	6,7	6,6	8,9	11,8	12,2
set-out-nov	6,8	6,5	6,5	9,0	11,9	12,0
out-nov-dez	6,9	6,2	6,5	9,0	12,0	

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2018.

Ao analisarmos os dados do PIB comparando com a taxa de desocupados, nota-se que os números negativos iniciam no mesmo período que houve aumento dos desempregados. Ou seja, durante o período de recessão, não somente desacelerou o crescimento do PIB, mas como também propiciou um crescimento no desemprego para o maior número já registrado com 13,7 milhões de desempregados com base no primeiro trimestre de 2017. Assim sendo, estes

resultados mostram uma dificuldade em retornar o crescimento econômico caracterizando um período de instabilidade.

Os indicadores de instabilidade econômica demonstram que o período de recessão inicia em 2014, e se estende em 2015 e 2016. A importância do microcrédito para empreendedores no período compreendido é inegável, enquanto no período de crise os indicadores econômicos apresentam queda com aumento dos desempregados, os indicadores de empreendedorismo mostraram dados positivos comprovando crescimento entre 2014 e 2016.

5. Conclusão

O presente trabalho teve por objetivo analisar e demonstrar através das informações e dados do programa de microcrédito, o desempenho do empreendedorismo durante o período da recessão e instabilidade econômica compreendido entre os anos de 2014 e 2016, dados utilizados para a realização do presente trabalho foram retirados dos sites das instituições reconhecidas.

Enquanto indicadores econômicos apresentaram índices negativos no período de recessão, o desempenho do empreendedorismo e valores concedidos do PNMPO mostraram uma reação inversa com dados positivos, corroborando com o objetivo do trabalho que era analisar e demonstrar que nos momentos de instabilidade econômica aumenta-se o número de empreendedores e ofertas de microcrédito. Porém o microcrédito ainda é tido como um paliativo, tático, e um apoio necessário, mas de certa forma, ainda não tem poder de impacto macrosocial relevante (DA COSTA, 2010).

Contudo, o aumento do empreendedorismo entre os anos de 2014 e 2016 não reflete um impacto que faça a taxa de desocupados diminuir nos respectivos anos. Isso vai em contra DE BARROS e MIRANDA DE ARAÚJO PEREIRA (2008) em um estudo nos municípios de Minas Gerais, constatou que o empreendedorismo no Brasil contribui para uma menor taxa de desemprego.

Talvez isso possa ser explicado porque a maioria dos empreendedores que utilizam o microcrédito serem da categoria informal, ou a crise de 2014 por ser tão avassaladora, quase que dobrou o número de desempregados entre janeiro, fevereiro e março 2014 e 2017, não permitiu mensurar o impacto do empreendedorismo na queda da taxa de desocupados.

Porém, existe uma convergência entre este artigo e o trabalho de DE BARROS e MIRANDA DE ARAÚJO PEREIRA (2008), onde nota-se que há uma correlação negativa entre o empreendedorismo por necessidade e o crescimento da economia (PIB). Esses achados corroboram com o estudo de VAN STEL, CARREE e THURIK (2005) no qual países considerados pobres a relação entre empreendedorismo e crescimento econômico é inversa.

Para futuras pesquisas sugere-se uma análise estatística em relação a dinâmica das interações do desemprego e do empreendedorismo, para se determinar a direção da causalidade. E que a correlação negativa entre empreendedorismo e crescimento econômico precisa ser melhor aprofundada por estudos.

Referências

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Mardem Marques. **Microfinanças - Democratização do Crédito no Brasil, Atuação do Banco Central**. 3. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES OPERADORAS DE MICROCRÉDITO E MICROFINANÇA – Abcred. **Notícias**. Disponível em <http://www.abcred.org.br/>. Acesso em: 03/03/2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Resolução nº 2627 - Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor**. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2627_v1_o.pdf

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Indicadores de inclusão financeira fornecem elementos para pesquisas e diagnósticos**. Notícia. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/218/noticia>. Acesso em: 12/02/2018.

BANCO DO BRASIL - BB. **Microcrédito produtivo orientado**. Sustentabilidade - Negócios Sociais. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/negocios-sociais/microcredito-produtivo-orientado#. Acesso em: 13/02/2018.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Microcrédito no Brasil: histórico e legislação**. Notas de Conhecimento. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias>. Acesso: 14/01/2018.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Microcrédito: levando crédito a quem não tem acesso ao sistema bancário tradicional**. Notas de Conhecimento. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias>. Acesso: 14/01/2018.

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, 2008.

BRAGA, Márcio Bobik; TONETO JR, Rudinei. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. **Análise Econômica**, v. 18, n. 33, 2000.

CARAMICO, Augusto Felipe; DE LANA SANTOS, Thais. O MICROCRÉDITO COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO. **Pensamento & Realidade**, v. 1, n. 1, p. 31-40, 2016.

CARVALHO, Flávio Leonel; GONÇALVES, Raphael Pazzeto; RIBEIRO, Evandro Marcos; SILVA, Marli Auxiliadora; ALBUQUERQUE, Andrei Aparecido. Identificação de indicadores contábeis relevantes para a previsão de desempenho de empresas. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 4, n. 3, p. 94-110, 2010.

CEAPE Microcrédito. **Institucional**. 2018. Disponível em: <http://www.ceapepi.org.br/v3/institucional.php>. Acesso em: 23/01/2018.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CEBDS. **Microfinanças: microcrédito e microsseguros no Brasil**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://cebds.org/publicacoes/microfinancas-microcredito-e-microsseguros-no-brasil/#.XC1aD1VKjiU>. Acesso em: 16/03/2018.

CUNHA, Marcelo Gomes; FREIRE, Joanna Darc Kirschner. MICROCRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO NO PROGRAMA CREDIAMIGO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 21, n. 2, p. 9-20, 2017.

DA COSTA, Fernando Nogueira. Microcrédito no Brasil. **Texto para Discussão. IE/UNICAMP**, nº. 175. Campinas, 2010.

DE BARROS, Aluizio Antonio; MIRANDA DE ARAÚJO PEREIRA, Cláudia Maria. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 4, 2008.

DOS REIS, Carlos Nelson; KREUTZ, Daiane Cristina. MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. **EEG - Encontro de Economia Gaúcha**, VII. Anais. Porto Alegre, 2014.

FONTES, Ângela M. Mesquita. **Expansão do setor de microfinanças no Brasil**. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 21. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2017.

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT. **Sistema de informações do PNMPO**. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmppo/sistema-de-informacoes-do-pnmppo/>. Acesso em: 23/02/2018.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM (2016). *Empreendedorismo no Brasil – 2016*. Relatório Executivo, 2016. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b4607994f241c36ef87a76f233fda2cf/\\$File/7578.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b4607994f241c36ef87a76f233fda2cf/$File/7578.pdf). Acesso em: 13/02/2018.

GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Octávio. Resultado primário e contabilidade criativa: Reconstruindo as estatísticas fiscais “acima da linha” do governo geral. **Texto para discussão IPEA**, nº. 2288. Brasília, 2017.

GOVERNO DO BRASIL 2017. **Mercado espera PIB mais forte em 2017 e 2018**. Economia e Emprego - Boletim Focus, 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/10/mercado-espera-pib-mais-forte-em-2017-e-2018>. Acesso em: 13/02/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **PNAD Contínua**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 19/06/2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Dados macroeconômicos**. Ipeadata. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 05/03/2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARQUES, Juliana Nogueira. **Regulação das microfinanças no Brasil: arcabouço institucional e articulação a políticas públicas de superação da pobreza**. 2009. 100 f. Master's thesis (Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo. Brasil: USP, 2009). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-18112011-165701/pt-br.php>

MATTEI, Lauro Francisco. Microfinanças no Brasil: algumas evidências a partir de estudos de casos. **Textos de Economia**, v. 8, n. 1, p. 47-68, 2002.

MONZONI, Mario. **Impacto em renda do microcrédito**. São Paulo: Peirópolis, 2008.

MORAES, Jevane Mendonça. **Microcrédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o caso do Projeto Amazônia Florescer**. 2010. 91f. Master's thesis (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Brasil: FGV, 2010). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9035>

PAIVA, Luis Henrique; GALIZA, Marcelo. Microcrédito: alternativas em evidência no país. **Repositório do Conhecimento do IPEA**, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5598>

PASSOS, Alessandro Ferreira; PAIVA, Luiz Henrique; GALIZA, Marcelo; CONSTANZI, Rogério Nagamine. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças no mercado de trabalho. **Repositório do Conhecimento do IPEA**, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5631>

PROGRAMA NACIONAL DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO - PNMPO, **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado**. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2018. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/empreendedorismo/pnmpto>. Acesso em: 04/07/2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 4.595/1964 - Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências**. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm. Acesso em: 28/06/2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 11.110/2005 - Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO**. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm. Acesso em: 28/06/2018.

ROCHA, Angela; MELLO, Renato Cotta. **Marketing para Microfinanças**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

ROCHA, Angela; MELLO, Renato Cotta. **O Desafio das Microfinanças**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha ré. **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP**: Nota do Cecon, nº. 1, 2017.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil - Art. 192**. Atividade Legislativa. Brasília, 1988. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_192_.asp.

Acesso em: 28/06/2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Tipos de organizações e forma de atuação em microfinanças.** Microfinanças. Brasília, 2016a. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tipos-de-organizacoes-e-forma-de-atuacao-em-microfinancas,ef59d53342603410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 03/07/2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil.** Estudos e Pesquisas. Brasília, 2016b. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasildestaque15,01e9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD. Acesso em: 03/07/2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **O Funcionamento do Microcrédito.** Gestão Financeira. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-funcionamento-do-microcredito,13ad347ea5b13410VgnVCM100000b272010aRCRD> . Acesso em: 03/07/2018.

SOARES, M.; SOBRINHO, A. **Microfinanças: O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito.** 2. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

VAN STEL, André; CARREE, Martin; THURIK, Roy. The effect of entrepreneurial activity on national economic growth. **Small Business Economics**, v. 24, n. 3, p. 311-321, 2005.

YUNUS, MUHAMMAD; JOLIS, Alan. **O Banheiro dos Pobres.** São Paulo: Ática, 2000.